

PROJETO DE LEI Nº 929, DE 26 DE JANEIRO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE GRATUIDADE DE SEPULTAMENTO E MEIOS NECESSÁRIOS (AUXÍLIO-FUNERAL) A PESSOAS DE BAIXA RENDA NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DA SERRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FELIPE GEFERSON SEME AMED, Prefeito Municipal de São Lourenço da Serra, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, apresenta a Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Município de São Lourenço da Serra, o benefício eventual de auxílio-funeral, consistente na garantia de gratuidade de sepultamento e fornecimento dos meios a ele necessários, destinados às famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica.

Art. 2º - A gratuidade de que trata esta Lei abrange:

- I - Isenção de taxas de sepultamento e demais tarifas cemiteriais;
- II - Fornecimento de urna funerária (caixão) compatível com a dignidade humana;
- III - Remoção e transporte do corpo dentro do limite do município;
- IV - Disponibilização de sala para velório em cemitério municipal ou local designado pela Prefeitura.

Art. 3º - Farão jus ao benefício as famílias que preencherem, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - Residência comprovada no Município de São Lourenço da Serra;

II - Renda familiar mensal *per capita* igual ou inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo nacional, ou inscrição atualizada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cad-único);

III - Ausência de recursos financeiros imediatos ou de seguro funeral por parte do falecido ou de seus familiares.

Parágrafo único - Em casos excepcionais de extrema vulnerabilidade, a Secretaria Municipal de Assistência Social poderá emitir parecer técnico favorável à concessão, ainda que os critérios de renda não sejam estritamente atingidos, visando assegurar o princípio da dignidade da pessoa humana.

Art. 4º - O requerimento do benefício deverá ser realizado por familiar ou representante legal junto à Secretaria de Assistência Social, mediante a apresentação de:

I - Certidão ou Atestado de Óbito;

II - Documentos pessoais do requerente e do falecido;

III - Comprovante de residência e de renda.

Art. 5º - O Município poderá executar os serviços de forma direta ou mediante concessão/permissão, garantindo sempre a manutenção do serviço adequado e a política tarifária justa.

§ 1º - Caso o serviço seja delegado, o edital de licitação deverá prever a obrigatoriedade da concessionária em atender as gratuidades estabelecidas nesta Lei, sob pena de rescisão contratual.

§ 2º - A contratação de terceiros para o fornecimento de urnas ou serviços funerários deverá observar o regime da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, em observância ao Plano Plurianual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço da Serra, 28 de janeiro de 2026.

FELIPE GEFERSON SEME AMED
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI 929/2026.

O presente Projeto de Lei tem por finalidade amparar as famílias de São Lourenço da Serra que, em momentos de profunda dor e luto, veem-se desprovidas de recursos financeiros para garantir um sepultamento digno aos seus entes queridos. A propositura fundamenta-se, em primeiro plano, no princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, que impõe ao Poder Público o dever de zelar pela assistência aos desamparados, garantindo que a condição de vulnerabilidade econômica não seja impedimento para o exercício de um direito fundamental de natureza humanitária.

Sob o aspecto da legalidade estrita, a medida encontra pleno amparo na competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local e na organização de seus serviços públicos, conforme preceituam a Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município de São Lourenço da Serra. Além disso, a iniciativa busca adequar a gestão municipal às diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que classifica o auxílio-funeral como um benefício eventual de caráter suplementar e temporário, exigindo, para sua regular execução, a existência de critérios objetivos de renda e residência estabelecidos em lei própria.

Portanto, ao instituir esta política pública, o Município não apenas cumpre sua função social, mas também promove a justiça distributiva, assegurando que o luto não se transforme em um ônus financeiro insuportável para os cidadãos hipossuficientes, reafirmando o compromisso desta Administração com o bem-estar e o respeito à nossa população.

São Lourenço da Serra, 28 de janeiro de 2026.

FELIPE GEFERSON SEME AMED

Prefeito Municipal